

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER, POLÍTICAS SOCIAIS E TEORIA DE ESTADO: EM DEFESA DA HISTÓRIA

Recebido em: 19/12/2012

Aceito em: 20/06/2013

*Marcelo Paula de Melo*¹

EEFD – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

RESUMO: A consideração das políticas de esportes como constitutiva das políticas sociais ainda não é ponto pacífico na literatura tanto da Educação física como do serviço social. A busca por problematizar as ações estatais na oferta esportiva e de lazer-considerando suas interfaces mais próximas da Educação Física, a despeito de sua multiplicidade- tem produzido diversas aproximações teóricas com campos variados do conhecimento. Este texto busca debater alguns elementos da teoria de Estado ampliado de Gramsci, em sua indissociabilidade com o conceito de sociedade civil, bem como as contribuições de Nicos Poulantzas acerca da Teoria Relacional de Estado, ambas fortemente tributárias do legado marxiano, dando passos adiante em muitas questões. A partir disso, realizaremos apontamentos para pensarmos as políticas sociais de esportes na atual fase do capitalismo.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Política Social. Esportes.

POLICIES OF SPORT, SOCIAL AND POLITICAL THEORY OF STATE: BRIEF HISTORY

ABSTRACT: The consideration of the policies of sports as constitutive of social policies is not yet peaceful countryside in the literature of both physical education as social service. The search for questioning the state's actions in the field of sports and leisure offer, considering their interfaces closest Physical Education, despite their multiplicity, has produced several theoretical approaches to various fields of knowledge. This paper seeks to discuss some elements of the theory of state extended from Gramsci, in its inseparability with the concept of civil society as well as the contributions of Nicos Poulantzas about Relational Theory of State, both strongly embedded in the Marxist camp. From there, make notes for thinking social policies of sports in the current phase of capitalism.

KEYWORDS: Leisure Activities. Public Policy. Sports.

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRJ e Professor da EEFD-UFRJ. Pesquisador do Coletivo de Estudos de Política de Esportes, Educação Física e Lazer (UFRJ).

Primeiros Passos

O debate acerca da relação entre políticas sociais e políticas de esportes e lazer não são recentes no campo da Educação Física e dos estudos do lazer. A busca por problematizar as ações estatais na oferta esportiva e de lazer- considerando suas interfaces mais próximas da Educação Física, a despeito de sua multiplicidade- tem produzido diversas aproximações teóricas com campos variados do conhecimento.

Mesmo quando não explicitado, qualquer debate acerca das políticas sociais tem como substrato uma determinada concepção de Estado, bem como de funções, atribuições, papéis e relações com os grupos e classes que compõem essa sociedade. Sendo esse debate travado sob relações sociais capitalistas a natureza de classe do Estado condiciona a execução das políticas gestadas pelo bloco no poder. O papel desempenhado pela aparelhagem estatal no processo de consecução dos interesses contraditórios e antagônicos das classes sociais fundamentais- e também das frações dessas classes- constrange o debate acerca das políticas sociais. Esse caminho pretende abordar o papel do Estado, sua relação com os organismos na sociedade civil, sua relação com as classes sociais, como parte das tensas relações sociais que fundam e marcam inseparavelmente a sociedade capitalista. A partir disso, traçaremos algumas considerações acerca das políticas sociais de esporte e lazer.

A partir disso, esse texto irá discutir as relações entre políticas sociais, políticas de esporte e lazer com vistas a defender que realmente essas últimas são partes inerentes das políticas sociais, dividindo com essas as suas especificidades em cada formação social concreta. Para tal haverá uma interlocução com expoentes do pensamento marxista, mais especificamente com Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas.

Considerando haver uma deliberada diminuição da presença de abordagens

marxistas não somente na vida universitária, mas vida social em geral, esse texto assume uma clara perspectiva. Busca defender não somente a pertinência teórica do marxismo, mas também sua atualidade como uma teoria social capaz de orientar a análise e a intervenção na realidade social com vistas a sua transformação radical. Esse quadro aumenta a responsabilidade daqueles que seguem na trilha do marxismo, sobretudo num contexto em que projeto neoliberal produziu uma hegemonia burguesa alargada, a despeito de suas severas crises.

A hegemonia capitalista neoliberal demanda clareza na definição para expressar que seguimos em plena realização desse projeto dominante no Brasil e em grande parte do mundo. Buscando explicar as faces com que o capitalismo neoliberal buscou se apresentar, David Harvey (2008, p. 12) afirma que essa nova fase do capitalismo é tomada como:

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano só pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidade empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Tendo isso como pano de fundo, bem como a clareza das modificações regressivas que o projeto neoliberal trouxe para o campo das políticas sociais em geral, importa-nos a discussão de suas interfaces com as políticas de esportes e de lazer.

Políticas de Esporte e Políticas Sociais

Numa sociedade como a capitalista, em que as classes sociais estão em luta constantemente, mesmo que apenas em algumas circunstâncias isso assuma a forma de confronto velado, a oferta estatal de políticas sociais será decorrente de uma série de elementos relacionados a luta entre e intra classes sociais. Em cada caso concreto notam-se perspectivas das políticas sociais conjugarem um papel de regulador desses mesmos conflitos de classes (ou de outras naturezas), busca de legitimação e consenso

das frações dominantes do bloco no poder e ser ao mesmo tempo respostas às pressões sistemáticas de movimentos sociais da classe trabalhadora por ampliação da ação estatal na oferta dessas políticas. Simultaneamente as políticas sociais estão relacionadas as questões mais propriamente econômicas no sentido da busca (infrutífera em longo prazo, mas potencialmente eficaz em alguma configuração sócio-temporal concreta) por obstar as leis tendenciais da queda da taxa de lucro. Além disso, a perspectiva de garantia mínima de reprodução da força de trabalho e o papel disso na manutenção/ ampliação da produtividade do trabalho também estão relacionados com a oferta de políticas sociais de diversos tipos (BHERING e BOSCHETTI, 2007; NETTO, 2005). Esses elementos estão presentes no papel das políticas sociais nas sociedades capitalistas, variando tanto o alcance, quanto a ênfase num ou noutro aspecto.

Segundo Behring e Boschetti (2007), o estudo das políticas sociais deve considerar suas múltiplas causalidades, e, sobretudo, suas conexões internas, só separando a dimensão política da econômica para fins de análise, sem jamais seccionar o real. Assim, a relação das políticas sociais com a dinâmica de valorização do capital, com a extração da mais valia e com o funcionamento cotidiano das indústrias/ serviços é parte relevante, mas não suficiente para compreender seus papéis- das políticas sociais- na dinâmica da luta entre as classes sociais. Essa dimensão política, tomada como uma ação do bloco no poder visando manter sua dominação, se mostra deveras restritiva por conceber essa dominação- que certamente é ponto constitutivo da sociedade capitalista- como fruto de engano ou encobrimento por efeito das políticas sociais.

Como afirma José Paulo Netto (2005, p. 30), as ações estatais no campo das políticas sociais possibilitam ao bloco no poder pensar a dominação para além de uma dimensão unicamente repressiva, contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da

questão social. Sua contribuição (das políticas sociais) à ordem burguesa é manifesta na preservação, controle, formação e reprodução da força de trabalho (atuante, sobrando e futura) mediante não somente às ações no campo da assistência, da educação, mas também na garantia de seguros. Esses também servem para contrarrestar a tendência de subconsumo que acompanha os momentos de crises cíclicas. Não obstante, também fornecem um respaldo ao colarem a imagem de redistribuidor “social” no Estado capitalista, como um suposto mediador de conflitos de interesses, malgrado seu papel de viabilizador da exploração burguesa (NETTO, 2005).

É ponto pacífico que a expansão das políticas sociais- em menor grau e com ritmos e temporalidades diversas- nos países centrais e periféricos está diretamente relacionada com as lutas dos trabalhadores e com a busca das classes dominantes por obtenção do consenso na consolidação de sua dominação. Tais políticas sociais espelham os diversos momentos e correlação de forças entre e intra classes sociais em cada formação social concreta. Tanto nos momentos de produção social da riqueza, mas, sobretudo, face às contradições que impediam a apropriação coletiva dessa riqueza, o que implicava e tem implicado na desigualdade social, de renda, de escolaridade, de acesso à produção cultural, as políticas sociais são atravessadas pelas questões concernentes ao estágio da luta e correlação entre as classes sociais.

Netto (2005) mostra que na ordem burguesa o enfrentamento das sequelas da questão social só pode ocorrer de modo fragmentado e parcializado. Caso contrário, ou seja, tomar a questão social “... como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho- o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (NETTO, 2005, p. 32). Não por acaso, há um recorte em uma série de problemáticas particulares (educação,

emprego, saúde, habitação segurança alimentar etc.) e assim sendo supostamente enfrentadas. A perspectiva totalizante desse conjunto de questões como compondo um quadro de enfrentamentos aos desdobramentos e contradições da ordem do capital implicaria em ter que assumir uma perspectiva anticapitalista.

Se por um lado a implementação de políticas sociais estatais poderia agredir o ideário liberal, ao mesmo tempo o reforça, uma vez que contribuem para legitimar os resultados desiguais obtidos majoritariamente por sujeitos de origens de classe diversas, podendo, assim, serem atribuídos à incapacidade dos indivíduos que tiveram acesso às ditas oportunidades. Como afirma José Paulo Netto (2005, p. 36) “na escala em que se implementam medidas públicas para enfrentar as refrações da questão social, a permanência das suas sequelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam”.

O certo é que a oferta ampliada de políticas sociais passou a compor o rol de medidas anticrise das sociedades capitalistas, buscando a reprodução da força de trabalho e a necessidade constante de legitimação sistêmica do capitalismo. É preciso não restringir isso a uma dimensão unicamente econômica de constituição de um amplo mercado de massa, a apesar de também ser importante não ignorar essa questão. Não obstante, é necessário não estabelecer uma relação direta e linear entre essa expansão das políticas sociais e a dominação burguesa via educação política dos explorados a partir de um viés que as conceba – as políticas sociais- como ludibriadoras dos dominados. Isso levaria a acreditar que os trabalhadores teriam deixado de lutar contra o capitalismo por estarem sendo enganados pela classe dominante via melhoria temporária de suas condições de vida nos países centrais. Igualmente equivocado é hiperdimensionar o caráter de conquista da classe trabalhadora. Tanto teórica, como

politicamente, é mais adequada a uma concepção fiel à tradição marxiana e marxista, a consideração desses elementos como parte de uma totalidade na correlação de força entre as classes sociais. O papel legitimador da ordem social capitalista implicava tanto numa reprodução da força de trabalho, como também na difusão de possibilidades de ascensão social via acesso às políticas sociais de diversas ordens, sobretudo, pelo avanço da escolarização.

É lícito afirmar que há uma grande aproximação entre a luta dos trabalhadores por maior acesso às políticas sociais, no sentido de socializar o conjunto da produção material e simbólica da humanidade, repartidas desigualmente nas sociedades capitalistas, e a possibilidade de vivências esportivas e/ou de lazer. Como parte do conjunto das intervenções estatais no campo das políticas sociais em diversas formações sociais, questões concernentes aos esportes foram se fazendo presentes. Isso implica na vivência das modalidades esportivas no momento do não trabalho, incidindo em uma série de ordenamentos na vida social. Seja na oferta de locais e pessoal especializados (quadras, campos, pistas, piscinas; professores, treinadores), seja na garantia da possibilidade efetiva de usufruto disso, os esportes tem estado presentes nas relações sociais capitalistas de diversas formas.

A presença da oferta estatal no campo dos esportes, e mesmo a entrada da Educação Física no currículo escolar, responde a esse movimento de serem os esportes elementos importantes da formação da sociabilidade requerida pelas relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, também estão presentes como parte das reivindicações por menor jornada de trabalho e por vivência cultural nesse tempo do não trabalho (SILVA, 2007).

Essas indicações acerca dos esportes sustentam sua colocação como parte da

contraditória relação entre as classes sociais na sociedade capitalista. Tanto quanto outros campos das políticas sociais, os esportes assumem uma tripla condição de ramo de valorização do capital, estratégia das classes dominantes de obtenção do consenso dos trabalhadores e objeto de reivindicação por parte da classe trabalhadora da vivência esportiva, tanto do espetáculo esportivo, como de condições objetivas de praticar esportes (MELO, 2011). Como outros campos, as políticas de esportes carregam essa contradição em seu cerne, podendo ser modificada em cada conjuntura concreta de acordo com o estágio alcançado da correlação de força entre as classes sociais.

As lutas pela ampliação das possibilidades de vivências esportivas do conjunto ou de parte da classe trabalhadora responderão ao movimento de afirmação e luta por políticas sociais gerais. As lutas políticas do conjunto da classe trabalhadora, direta ou indiretamente, acabam incidindo na ampliação das possibilidades de vivências esportivas, tanto da prática constante em momento de lazer, como do acesso ao espetáculo esportivo de qualidade, malgrado o inequívoco papel que desempenham como um dos elementos de atuação das frações burguesas no campo do entretenimento, por meio da indústria cultural, como expressa Vaz (2003).

Esse conjunto de questões abarca o campo dos esportes de formas variadas. No que tange às políticas sociais de esporte, o papel do Estado capitalista não se diferencia dos outros campos com muita substância. A oferta de políticas esportivas, tanto no que se refere à iniciação esportiva, como o acesso ao fundo público para preparação das condições do esporte-espetáculo, o que implica na construção de aparelhos e considerável infra-estrutura, será diretamente proporcional ao estágio da correlação de forças entre as classes sociais em luta.

Longe de apreender uma relação direta e linear entre prática esportiva e/ou apreço pelas questões esportivas e uma compreensão limitada das relações sociais capitalistas, é notório a busca das classes dominantes em fazer do esporte campo de manifestação de ideais, valores, sentimentos e práticas caras ao seu projeto histórico. Nesse sentido, a tripla dimensão que acompanham as políticas sociais nas sociedades capitalistas- a) reprodução da força de trabalho e aumento da produtividade do trabalho; b) mecanismo de obtenção do consenso dos trabalhadores e c) mecanismos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores (NETTO, 2005, BEHRING e BOSCHETTI, 2007) - incidem também no debate acerca das políticas de esportes. Tanto numa dimensão de reprodução físico-emocional das energias dos trabalhadores como praticantes e/ou espectadores esportivos, como na difusão da melhoria das condições de vida e de ascensão social via esporte, passando, pela real possibilidade de melhor qualidade de vida e formação humana pela incorporação cotidiana dos esportes e/ou atividade física na vida dos trabalhadores, as políticas sociais esportivas trazem em si essas múltiplas dimensões. O que irá definir qual ou quais dessas dimensões se fará ou farão presentes nos programas de esportes serão certamente grau de consciência das relações de força entre e intra classes sociais. O potencial pedagógico emancipatório ou conservador presente nas manifestações esportivas serão determinados pelo projeto histórico das classes sociais e sua efetivação no bojo de suas lutas.

O conjunto de questões que marcam o projeto capitalista neoliberal incide no campo dos esportes, e mais especificamente nas políticas sociais de esportes, de forma intensa. Questões como contingenciamento de recursos, focalização das políticas, atuação sob a lógica das chamadas parcerias com organismos na sociedade civil, a difusão do chamado trabalho voluntário, a promoção da chamada Responsabilidade

Social empresarial encontram nas ações esportivas um rico campo de atuação. Junto a esses elementos caros ao projeto de dominação contemporâneo, são atualizadas e mantidas as premissas que orientam as políticas de esportes e Educação Física há tempos. A defesa de que as vivências esportivas ajudariam a promover uma sociabilidade conformada aos marcos da sociedade capitalista e que poderia prevenir os alegados comportamentos anti-sociais, sobretudo juvenis, seguem presentes no projeto atual (MELO, 2011).

A precarização das políticas sociais como substrato do projeto capitalista neoliberal de viabilização do fundo público como garantidor a priori da lucratividade do capital não deixa de incidir nas políticas de esportes. Daflon e Berta (2009) pinçam um dado do Censo Escolar revelador acerca da realidade das escolas públicas cariocas e fluminenses. De um total de 1781 unidades públicas de educação básica (estaduais e municipais) na cidade do Rio de Janeiro, 803 (45%) não possuem quadra de esportes. Considerando que, segundo os dados apresentados pelos autores em 2009, somente 8,8% dos alunos da rede municipal estão matriculados em alguma atividade oferecida pelas 7 Vilas Olímpicas municipais², isso implica num considerável número de crianças e adolescentes na cidade de Rio de Janeiro alijados da prática esportiva a contento.

Em relação ao conjunto do Estado, envolvendo as escolas do diversos municípios e as unidades estaduais, esse percentual aumenta. De um total de 6570 unidades, 3871 (58,4%) das escolas não possuem quadras de esportes. Além disso, a reportagem também destaca que o fato de terem quadra não resolve o problema, visto o estado de má-conservação em várias, ainda que nesse caso não tenha detalhada o percentual das quadras em mau estado de conservação (DAFLON e BERTA, 2009).

² Atualmente há 10 vilas olímpicas da Prefeitura do Rio de Janeiro (julho de 2013).

Especificamente quanto às escolas da rede Municipal, Daflon e Berta (2009) afirma que das 1063 escolas, 441 (42%) das escolas não possuem quadras.

Assim, na disputa por posições e concepções de mundo acerca do papel do esporte na sociedade capitalista, bem como o oferecimento de uma visão idílica acerca dessa mesma sociedade e da possibilidade de superação de seus problemas sem passar pelo questionamento de suas bases, tendo os esportes como aliados centrais, ganham defensores em diversos âmbitos e instâncias. Isso também permite o alcance de pessoas e povos dos mais variados países, bem como a garantia de que o espraiamento dessa concepção será realizado.

Sobre o Estado Capitalista

As mudanças porque foi passando o sistema capitalista implicaram em alterações no papel do Estado na regulação de suas relações sociais constitutivas. É nesse quadro que Antonio Gramsci será parte fundamental do esforço de compreender o papel político do esporte no atual projeto político burguês. Um ponto central é a explicitação do papel educativo do Estado capitalista, sendo fundamental a remissão constante à ampliação do conceito de Estado realizada pelo marxista italiano, nas chamadas sociedades ocidentais e em processos de ocidentalização. Assim, o Estado educador é a modalidade necessária de atuação estatal na consecução da hegemonia dominante. Tanto que o autor, debatendo acerca da ampliação estatal, aponta que “... *na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (neste sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encouraçada de coerção)*...” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

Com essa ampliação do conceito de Estado, Gramsci identifica alterações na

lógica de dominação burguesa, a partir da busca constante do consenso dos dominados operada mediante a ação de uma série de aparelhos privados de hegemonia na condição de intelectuais orgânicos das classes dominantes atuando na sociedade civil. Ao mesmo tempo, afirma ser necessária ao movimento anticapitalista a luta também nessa nova dimensão do ser social, com a ação de aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora. Isso se deve a indicação de que a sociedade civil pode se transformar numa outra trincheira para a dominação burguesa com a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia buscando sedimentar e difundir concepções de mundo funcionais ao projeto histórico dessa classe.

Diante disso, reafirmando o caráter de classe desse Estado ampliado, Gramsci mostra como a fração dominante no âmbito do bloco no poder concebe a atuação estatal em seu projeto político. Isso implica na relação desse Estado com as outras frações do bloco no poder e com as classes dominadas. Seja atendendo seletivamente algumas demandas, seja atuando na repressão daqueles que não consentem, a aparelhagem estatal:

[...] é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima de grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instável (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico- corporativo (GRAMSCI, 2000, p.41-42).

Usando a metáfora militar, Gramsci nos alerta para a necessidade de maior ênfase na chamada guerra de posição no bojo das lutas revolucionárias. Isso não o leva a ilusão de que a ordem burguesa seria superada sem resistência das classes dominantes. A perspectiva é a conquista de espaços na sociedade civil, com a difusão da

sua ideologia e obtenção do consenso ativo dos trabalhadores, a partir da atuação dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, sendo o principal o partido político revolucionário. Assim, segundo Gramsci:

[...] nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição que antes estava a guerra de assédio em relação à guerra manobrada. A mesma transposição deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a 'sociedade civil' tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras da guerra moderna (2000, p.72-73).

Gramsci (2001) lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias permanentes de conquista e/ou manutenção. O marxista italiano defende ser preciso não limitar o termo pedagógico às relações escolares, mas o amplia a todas as relações entre e intra classes sociais, uma vez que “esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército” (2001, p. 399).

Essa forma própria de operar do Estado sob relações sociais capitalistas está diretamente relacionada com o grau das relações entre as classes sociais, e mesmo no interior da fração dominante. Assim, segundo o autor dos Cadernos do Cárcere:

[...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar

de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (2000, p. 48).

Assim, todo Estado procura criar, difundir e manter formas específicas de sociabilidade conforme o projeto societário do bloco no poder, assumindo uma função claramente educativa. Esse projeto educativo tem por objetivo, então, “[...] adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2000, p. 23). Com isso, “[...] o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (GRAMSCI, 2000, p. 28).

Aprofundando as indicações de Gramsci, o pensador Greco-francês Nicos Poulantzas (1936-1979) traz novas determinações para pensarmos o papel do Estado no bojo da sociedade capitalista. Considerando que autor foi contemporâneo das medidas que compuseram o chamado Estado de bem Social, além de sua morte trágica ter se dado após a crise do início dos anos 1970, suas indicações já trazem formulações produzidas num contexto que a sociedade capitalista passou a ter determinações que não estavam presentes durante o período de vida de Antonio Gramsci (1891-1937). Poulantzas faz questão de apontar a “natureza de classe do Estado capitalista” (2000, p. 10), ainda que não o restrinja ao que chama de dupla natureza do poder de Estado. Sua busca por apreender como se dão as lutas entre as classes sociais, e também entre as frações burguesas, no seio do Estado capitalista, permite superar uma abordagem em que essas lutas ora estariam na chamada estrutura econômica ou então, contrariamente, somente na dominação política.

Nunca tendo sido uma relação de exterioridade, a referida separação formal do político e do econômico nada mais é do que o mecanismo de inserção do Estado nas

relações de produção capitalista. Isso é explicitado por Poulantzas quando afirma ser justamente devido ao fato de uma série de aspectos (qualificação da força de trabalho, urbanismo, transporte, saúde, meio-ambiente, etc.), que anteriormente ocupavam papel marginal na intervenção estatal na economia estarem diretamente relacionados na atualidade à reprodução e valorização do capital, o que implica num papel renovado do Estado nesses campos. Não se trata de mudanças exteriores que incidiriam sobre uma realidade por si imutável, mas contrariamente devendo ser apreendidas no interior de um lugar próprio redefinido para o Estado. Diante disso, Nicos Poulantzas (2000, p. 17-18) afirma que:

[...] a separação do Estado e do espaço de reprodução, específico do capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular das instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes, qualquer que seja o modo de produção; porém, e sim, como características próprias ao capitalismo, na medida em que ele cria novos espaços do Estado e da economia, transformando seus próprios elementos. Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, interviesse na economia. Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e dessa maneira, em sua produção.

Muita confusão se dá em torno do conceito de Modo de produção. Poulantzas (2000, p.16) afirma não se tratar de um produto combinado de variadas instâncias (Política, economia, cultura) em que cada uma dessas possuiria de início, ao se relacionarem, “uma estrutura intangível”. Contrariamente, o modo de produção é concebido como “unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delineia seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma” (p. 16).

Para além do que Poulantzas chama de um papel negativo, a atuação estatal assume um caráter positivo, no sentido de ir além da repressão e encobrimento das

contradições capitalistas. Em geral, a reprodução das relações sociais capitalistas demanda a busca constante do convencimento no campo das ideias, ideais e valores, sendo, contudo, apenas parte do processo. Também há preocupações concretas e materiais “extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas” (2000, p. 27). Nesse sentido, a ideologia dominante- tomada aqui como a concepção de mundo que busca organizar a dominação burguesa e a reprodução do modo social de produção capitalista- acaba sendo também reproduzida, elaborada e apregoada no âmbito dos aparelhos de Estado. Longe de subestimar o papel repressor do Estado nessa reprodução, é importante ter em conta que o mesmo também atua de forma positiva, criando, transformando, agindo numa direção que permita a realização dos interesses de classe do conjunto da burguesia. Assim, as atuais ações econômicas do Estado, indica Poulantzas, não serão a compreendidas somente sob “o exaustivo ângulo da repressão e da doutrinação ideológica” (p. 29), ainda que tais elementos se façam presentes na dominação burguesa. O autor ainda indica que a restrição da dominação a uma idéia repressiva-ludibriadora sobre a classe trabalhadora pode levar a uma concepção do poder de classe como algo policial e/ou idealista.

Isso leva Poulantzas a mostrar que a relação dos trabalhadores com o Estado na promoção do consenso em torno do projeto capitalista “...possui sempre um substrato material” (p. 29). Isso deve a necessidade de atuação estatal no

[...] campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de concessões impostas pela luta das classes dominadas. Eis aí um dado essencial, sem o qual não se pode perceber a materialidade da relação entre o Estado e as massas populares, se fosse considerado o binômio repressão-ideologia (p. 29).

Poulantzas (2000) alerta que “se o Estado não é integralmente produzido pelas

classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade” (p. 12). Assim, o papel do Estado na reprodução do capital e da dominação burguesa se dá tendo como fundamento as relações sociais capitalistas de produção da existência e as lutas explícitas e/ou implícitas entre as classes sociais- e também internamente às mesmas entre suas frações. A realização de seus interesses históricos de classe- aprofundar a dominação e a exploração do trabalho ou enfrentar esse processo buscando minorar ou cancelar sua ocorrência num novo projeto histórico- tem no Estado parte importante de manifestação.

O autor greco-francês analisa o papel do Estado sem tomá-lo como um sujeito descentrado e autônomo das lutas sociais e de classes, as quais essas, de fora, impactariam as ações estatais, ainda que não fizessem parte do Estado. Nessa direção, o autor afirma que “certamente, não é o Estado que é o sujeito da história real: este é um processo sem sujeito, o processo das lutas de classes” (POULANTZAS, 2000, p. 114). Isso implica em considerar que o Estado, certamente desempenhando um papel relevante na organização da dominação burguesa, não é, nem pode ser “... uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas, do ponto de vista de sua natureza de classe, condensação das relações de força que é uma relação de classe” (POULANTZAS, 2000, p.119). Por isso, o autor ressalta ser necessário ir além de uma teoria formalista de Estado, que seria a construção de um objeto da teoria do Estado capitalista, relacionando somente às relações de produção, tomada como estrutura econômica, em que a “... luta de classes e a dominação política só intervêm *a posteriori*, para explicar as concretizações-singularidades secundárias desse Estado real histórico” (p. 126).

O que há em comum em ambas teses é a incapacidade de explicar o porquê das ações estatais favorecerem a burguesia, além de ignorarem as contradições internas do Estado, que é tomado como bloco monolítico sem fissuras. Como expressa Poulantzas (p. 134), no caso do chamado Estado-coisa, este figura como se portador de uma “... unidade instrumental intrínseca” e as “... contradições existentes em seu seio existem apenas como contrafações externas (influências, pressões) de peças e engrenagens do Estado-máquina ou instrumento, em que cada fração dominante ou grupo de interesses particulares ficam com a melhor parte para si”. Já para a tese do Estado-sujeito, sua unidade seria a expressão de sua “vontade racionalizante” e suas contradições internas figuram como “[...] manifestações secundárias, acidentais e episódicas, devido no essencial às fricções ou antagonismo entre diversas elites políticas ou grupo burocráticos que encarnam sua vontade unificadora” (p. 134). Enquanto nesta concepção, “as contradições do Estado são exteriores às classes sociais”, na primeira concepção- Estado-coisa- as contradições de classe é que seriam “exteriores ao Estado” (POULANTZAS, 2000).

Ambas são insuficientes para explicar as políticas estatais favoráveis ao conjunto da burguesia, ainda que respeitando as diferenças na correlação de forças também entre o bloco no poder. Para Poulantzas é fundamental a clareza de que as políticas de Estado são estabelecidas em função do resultado provisório das “contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado –relação)” (p. 134). Isso implica na compreensão de que o Estado é “constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe” (POULANTZAS, 2000). Para o autor,

O Estado não é nem depositário instrumental (objeto) de um poder-essência que a classe dominante deteria, nem um sujeito que possua tanta quantidade de poder que, num confronto face a face, o tomaria das classes: o Estado é o lugar da organização estratégica da classe dominante em sua relação com as

classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício de poder, mas que não possui poder próprio (p. 150).

Nesse sentido, o papel do Estado em relação às classes dominantes é de organização do interesse político do conjunto da classe burguesa em longo prazo. Poulantzas chama de unidade conflitual de aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, a condição em que se dá essa hegemonia burguesa, na perspectiva de ação estatal, instaurando a unidade política das classes dominantes. Isso não estaria restrito a único ramo ou aparelho estatal, “[...] mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência [...] que também eles desempenham essa função” (p. 129). Tal papel só pode ser cumprido pelo Estado na medida em que consiga deter certa autonomia relativa frente “[...] a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares” (POULANTZAS, 2000) mesmo no bloco no poder. Somente nesse caso, tem sido possível à burguesia assegurar a organização geral dos interesses da classe sob a hegemonia de uma fração, na atualidade, a fração financeira.

Isso leva o autor a definir o Estado como uma “... condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica [...]” (POULANTZAS, 2000, p. 130). Há nessa definição uma série de elementos a serem desdobrados para compreensão da lógica de ação estatal. A primeira questão alertada é ser o Estado a condensação material de uma relação. Isso nos permitirá escapar do que Poulantzas chama de pseudodilema no debate acerca do Estado, ora visto como Coisa-instrumento, ora concebido como Sujeito.

A ação estatal na dominação burguesa vai muito além de qualquer entendimento unicamente repressivo-encobridor dos fundamentos que regem essa sociedade. No bojo dos novos papéis necessários à manutenção da correlação de forças favoráveis à consolidação dessa dominação, o “...conjunto das operações do Estado se reorganiza atualmente em relação a seu papel econômico” (POULANTZAS, 2000, p. 170). Isso implica numa atuação muito além das ações ideológico-repressivas, mas buscando abarcar o conjunto da vida social. É nesse sentido que a formulação de Poulantzas de que a ação econômica estatal tem um conteúdo político ganha nitidez. Isso não se limita de forma alguma em sua “... contribuição para acumulação de capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica”. Nesse sentido, em direção a um entendimento de fato dialético, tanto as necessidades político-ideológicas da ação estatal são “[...] subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante” (p. 171). Aqui não há determinação em última instância do político pelo econômico, nem uma autonomia desse político, mas uma conjugação dessas suas determinações na efetivação do projeto histórico de uma classe, tendo em geral uma fração, ou um conjunto delas, como hegemônicas.

Pretende-se com isso evitar o que Poulantzas (p. 172) chamou de duplo inconveniente, de por um lado, superpolitizar, idealisticamente, a atividade econômica estatal, “[...] ao reduzi-la exclusivamente à vontade política da fração hegemônica e de seus dirigentes”. Isso levaria a cancelar o componente relacional na correlação de forças. As ações estatais seriam então explicáveis somente pela vontade da classe dominante. Contrariamente, outro sério equívoco seria conceber tais atividades

econômicas, “[...] isoladas da política de conjunto do Estado, devido às necessidades intrínsecas da ‘produção’ ou à ‘complexificação tecnológica’ das sociedades atuais” (Idem).

O alerta teórico-metodológico de Nicos Poulantzas acerca de uma teoria do Estado de inspiração marxista chama atenção também para não cairmos na tentação positivista de acharmos ser possível uma teoria de Estado geral. O que seria legítimo e necessário à luta política é construção de uma “teoria do Estado capitalista, construindo um objeto e um conceito específicos, possibilitado pela separação do Estado da economia sob o capitalismo” (p. 19).

Em função disso, reconhecendo a existência de problemas em algumas teorias de Estado marxistas que embatia em seu tempo, Poulantzas afirma peremptoriamente:

[...] o que custou caro às massas populares em todo o mundo não foi a ausência no marxismo de uma teoria geral do Estado e do Poder, mas certamente o dogmatismo escatológico e profético que nos deu durante muito tempo um sistema teórico semelhante com o nome de ‘teoria marxista-leninista’ do Estado (2000, p. 20).

Considerações Finais

A rendição de amplos setores progressistas ao pensamento neoliberal encontra-se mais evidente na ampla recusa da aceitação da existência e pertinência da categoria “classe social” para explicar muitos- certamente não todos- fenômenos em nosso tempo. David Harvey (2008), de maneira irônica, nos sugere para não temermos chamarmos de luta de classes, processos que possuem essa característica. Isso não implica em posição nostálgica acerca da ação de um suposto proletariado revolucionário algo inerente à condição de vendedor de força de trabalho. Menos ainda a uma concepção simplista entre a localização no mundo do trabalho e o engajamento anticapitalista. Como afirma Harvey (2008, p. 216) “indicar a necessidade e a inevitabilidade da luta de classes não

equivale a dizer que a maneira como a classe se constitui seja determinada, ou mesmo determinável, de antemão”.

Num momento que as ações burguesas de educação do consenso dos dominados- configurando a chamada pedagogia da hegemonia- ganham maior vulto com as novas expressões das classes sociais no tocante as políticas sociais (NEVES, 2010), as políticas de esportes passam a sofrer os processos similares de lutas aos outros campos das políticas sociais.

No caso das políticas de Esportes e de Educação Física isso gerou uma espécie de cartilha e linguagem comum. Temas como inclusão social, inserção social, coesão social, disciplina, obediência a normas, cultura da paz, resolução de conflitos via esportes passam a ser incorporados em documentos de diversos governos e organismos privados sem demandarem maiores explicações. Tomados como autoexplicativos, passam a compor o rol de conceitos supostamente científicos que legitimam a ordem societária burguesa e seus *modus operandi*. Isso torna mais desafiante a luta política por ampliação ao acesso e permanência da vivência a esse direito social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

DAFLON, Rogério e BERTA, Ruben. Escolas Públicas fora do pódio: na cidade-sede dos Jogos Olímpicos, 45% não tem sequer uma quadra de esportes. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p.11-10, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje**. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

NEVES, Lucia Maria W. (Org.) **Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SILVA, Maurício Roberto (Org.) **Esporte, Educação, Estado e sociedade: as políticas públicas em foco**. Chapecó: Editora Argus, 2007.

VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo, educação e indústria cultural na sociedade contemporânea: notas para a reflexão. **Pro-Posições (Unicamp)**, Campinas, v. 14, n.2 (41), p. 61-75, 2003.

Endereço do Autor:

Marcelo Paula de Melo
Rua professor Moreira, 1726, bl b 302
Vila Isabel
Tres Rios – RJ – 25815070
Endereço Eletrônico: marcelaomelo@gmail.com